PROJETO DE LEI Nº , DE 2018

(Do Sr. Danrlei de Deus Hinterholz)

Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, para obrigar a entidade responsável pela organização do evento a instalar aparelhos de identificação biométrica que identifiquem os torcedores impedidos judicialmente de frequentar estádios esportivos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 16 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“Art.16

VI - Instalar aparelhos de identificação biométrica que identifiquem os torcedores judicialmente impedidos de frequentar estádios esportivos, nos termos do art. 5º desta Lei”.

Art. 2º O artigo 25 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 25 O controle e a fiscalização do acesso do público ao estádio com capacidade para mais de 10.000 (dez mil) pessoas deverão contar com meio de monitoramento por imagem das catracas e dos aparelhos de identificação biométrica que identifiquem os torcedores impedidos judicialmente de frequentar estádios esportivos, sem prejuízo do disposto no art. 18 desta Lei”. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 16 do Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003) determina os deveres da entidade responsável pela organização da competição esportiva. Dentre elas, *“contratar seguro de acidentes pessoais, tendo como beneficiário o torcedor portador de ingresso, válido a partir do momento em que ingressar no estádio; disponibilizar um médico e dois enfermeiros-padrão para cada dez mil torcedores presentes à partida; disponibilizar uma ambulância para cada dez mil torcedores presentes à partida; e comunicar previamente à autoridade de saúde a realização do evento”*.

O artigo, portanto, estabelece procedimentos que visam à segurança dos participantes de eventos desportivos, cujo ônus recai sobre a entidade responsável pela organização do torneio. Eventuais prejuízos causados aos partícipes de eventos esportivos que decorram de falhas de segurança nos estádios, entretanto, são de responsabilidade solidária entre as entidades de prática desportiva detentoras dos mandos de jogos e das referidas entidades responsáveis pela organização dos eventos, conforme art. 19 do Estatuto de Defesa do Torcedor.

O objetivo deste Projeto de Lei é a alteração dos arts. 16 e 25 da Lei nº 10.671, de 2003, para acrescentar medida de segurança nas arenas desportivas do país. Atualmente, já existe, no Estatuto, a relevante penalidade de impedir que torcedores violentos ingressem em arenas desportivas do país, em decorrência de decisão judicial ou aceitação de proposta de transação penal ou suspensão do processo contra esses cidadãos.

No entanto, essa medida torna-se inócua na medida em que as entidades esportivas não contam com aparelhamento técnico suficiente para identificar, nos acessos de seus recintos esportivos, esses torcedores. Nesse contexto, essa proposição visa a obrigar que as entidades responsáveis pela organização do torneio instalem aparelhos de identificação biométrica que identifiquem os torcedores judicialmente impedidos de frequentar estádios esportivos.

A medida não implicará o cadastramento de todos os torcedores, mas somente daqueles impedidos de adentrar nos recintos esportivos por prévia condenação judicial, garantindo, dessa forma, o efetivo cumprimento da pena.

Considerando que a preocupação com a segurança é o principal fator que inibe a maior presença de público em espetáculos esportivos, este

projeto de lei pretende aprimorar a identificação dos torcedores e minimizar os lamentáveis episódios de violência que ainda ocorrem, especialmente no futebol brasileiro.

Por esses motivos, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto de lei que ora apresento.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 2018.

DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ
DEPUTADO FEDERAL